

MEMÓRIAS, TRAJETÓRIAS E HISTORICIDADE DO TRABALHO FEMININO NA FEIRA LIVRE DA CEASA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

MEMORIES, TRAJECTORIES AND HISTORICITY OF WOMEN'S WORK AT THE STREET MARKET OF CEASA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Jorge García Marín*
Priscilla Rosa Azevedo**

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as memórias das mulheres que trabalham como feirantes na CEASA de Vitória da Conquista-BA, a partir das percepções sobre as dinâmicas do trabalho feminino no ambiente da feira livre, tendo como base as memórias, as trajetórias profissionais e a historicidade do mercado popular conquistense. Esta pesquisa é de natureza qualitativa e retrospectiva. Elaborada a partir da aplicação de questionário etnográfico e da coleta de entrevistas, baseada em roteiro semiestruturado, contou com a colaboração de 11 mulheres, sendo que os dados foram arrolados e interpretados à luz do método da análise de conteúdo. As feiras livres se constituem, historicamente, como lugar de resistência, em que as camadas populares constroem sua própria atmosfera cultural, produzem e circulam uma linguagem específica, compartilham determinados valores e socializam seus saberes a partir do contato que desenvolvem com os demais indivíduos que circulam nas suas dependências e adjacências.

PALAVRAS-CHAVE: Mundo do trabalho. Quadros sociais. Relações de gênero.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the memories of women who work as stallholders at CEASA in Vitória da Conquista-BA, based on perceptions about the dynamics of female work in the street market environment, based on memories, professional trajectories and historicity of the Vitória da Conquista's popular market. This research is qualitative and retrospective in nature. Elaborated from the application of an ethnographic questionnaire and the collection of interviews, based on a semi-structured script, with the collaboration of 11 women, with the data being collected and interpreted in light of the Content Analysis method. Street markets are historically constituted as a place of resistance, in which the popular classes build their own cultural atmosphere, produce and circulate a specific language, share certain values and socialize their knowledge based on the contact they develop with other individuals who circulate in the dependencies and adjacencies.

KEYWORDS: World of work. Social frameworks. Gender relations.

* Professor titular do departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha. E-mail: jorge.marin@ufc.es.

** Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS-UESB). E-mail: priscillarosaazevedo@gmail.com

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O objetivo desta pesquisa é analisar as memórias das mulheres que trabalham como feirantes na Feira Livre Edmundo Flores (CEASA) de Vitória da Conquista-BA, com o intuito de compreendermos as percepções sobre as dinâmicas do trabalho feminino no ambiente da feira livre, tendo como base as memórias, as trajetórias profissionais e a historicidade do mercado popular conquistense.

O ato de ir a CEASA de Vitória da Conquista faz parte da vida social de quem reside na cidade ou de quem, eventualmente, passa por ali, uma vez que o município é um dos mais importantes entrepostos comerciais, dedicado à prestação de serviços, do interior do estado da Bahia (IBGE, 2019; SANTOS; ROCHA, 2019). Ao longo das nossas primeiras incursões, na condição de pesquisadores, voltamos nossas atenções para os relatos das feirantes, a fim de analisar o cotidiano das atividades exercidas por essas trabalhadoras nas feiras livres, que são permeadas pela memória dos papéis de gênero.

Este artigo é o resultado da dissertação defendida, em 2023, no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB), sob orientação do Prof. Dr. Jorge García Marín, intitulada *Memórias das mulheres feirantes sobre a percepção das relações de gênero no cotidiano do trabalho na Central de Abastecimento (CEASA) de Vitória da Conquista-BA*.

A pesquisa, de natureza qualitativa e retrospectiva, foi desenvolvida a partir da aplicação de questionário etnográfico e de coleta de entrevistas, baseadas em roteiro semiestruturado. Ambos os instrumentos foram aplicados em novembro de 2022, contando com a colaboração de 11 mulheres. Os dados foram arrolados e interpretados à luz do método da análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

Como afirmou Bardin (2016, p. 37), a análise de conteúdo “é um método muito empírico, dependente do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo”. Portanto, “não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis”. Logo, uma atenção especial foi dada aos questionamentos que formulamos, a fim de extrairmos das participantes informações que nos permitiram transpor a aparência do fenômeno e compreendermos a fundo as condições de trabalho e os dilemas que elas traziam em suas memórias individuais.

HISTORICIDADE DA CEASA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

De acordo com Caroline Santos (2021, p. 3), “cada feira possui características específicas de sua região, porém seus aspectos culturais podem ser encontrados em qualquer uma delas”. Nesta linha argumentativa, a autora afirma:

A diversidade de saberes, aprendizagens, experiências, as alegrias e dificuldades do dia a dia fortalecem os laços entre as trabalhadoras e os trabalhadores. É perceptível a ajuda mútua que existe entre eles: uns indicam outros, ajudam em trocos, ou favores necessários diante de algum imprevisto, como quando um vendedor tem que sair e o outro se responsabiliza pela venda, estabelecendo uma troca de confiança

estabelecida no dia a dia. As pessoas são empáticas, pois, entendem a realidade do outro; por trás de cada vendedor(a) há uma história, sonhos e também desilusões (SANTOS, 2021, p. 4).

Segundo Fernanda Ramos Lacerda e Geisa Flores Mendes (2019, p. 1887), nas memórias dos trabalhadores da feira livre encontra-se expressa como a produção do espaço se dá por meio das vivências e das experiências de cada indivíduo que atuam nesses locais – marcados pelo fluxo contínuo de pessoas. Podemos afirmar que as relações que se processam ali forjam as identidades desses trabalhadores e “dão significado ao espaço-tempo e o configura como lugar”. Lugar composto por múltiplas memórias de vida no que toca ao trabalho. Logo, as feiras livres não são apenas locais de comércio, configurando-se, também, enquanto lugares de pertencimento, onde encontramos os mais diversos estratos sociais de uma comunidade.

A etimologia da palavra feira deriva do latim e significa dia santo ou feriado; contudo, pode ser traduzida também como festa (SATO, 2007; PIERRI, 2010). Para Leny Sato (2007), ao tentarmos compreender como são constituídos os processos que cotidianamente são conduzidos para organizar a feira livre, é importante identificar as regras gerais de seu funcionamento e os estratos sociais que por ali transitam. Sato (2007) afirma que, além da dimensão econômica, devemos prestar atenção no papel pragmático de seus trabalhadores, que visam, a partir do lúdico e da estética, entreter e persuadir seus potenciais compradores.

Feirantes são *performers*. Característico da feira livre, o horário da xepa imanta todos os seus significados: trabalho, comércio, beleza, brincadeira e o chamamento eloquente da freguesia. Embora para muitos feirantes e fregueses a feira seja apenas local de trabalho e de comercialização e, por isso, não participem das *performances*, são os *performers* que chamam a atenção (SATO, 2007, p. 98).

Conforme argumentado por Lilian Amaral Bonfim e Almiralva Ferraz Gomes (2015), as feiras livres existem no Brasil desde o período colonial, tendo passado por diversas transformações ao longo do tempo. As feiras livres se configuram enquanto lugares de trocas comerciais, onde produtos e serviços são ofertados e contratados. As pesquisadoras observaram que, mesmo com as mais recentes inovações no que diz respeito à compra de alimentos (hipermercados, aplicativos de entrega, sistemas de distribuição de alimentos etc.), ainda persiste na cultura popular o ato de ir às feiras livres para a compra de hortaliças, verduras, legumes, carnes, biscoitos e diversos outros produtos, o que atesta a vitalidade e a relevância desse tipo de comércio popular:

Nas pequenas cidades do interior, elas estimulam o desenvolvimento econômico e social, fomentando, principalmente, a economia local e tornando-se um espaço de interação, de modo que um tecido social se relaciona de forma intensa (BONFIM; GOMES, 2015, p. 102).

Desse modo, Bonfim e Gomes (2015) sinalizaram que entender as feiras do interior nos facultam compreender não apenas as dinâmicas econômicas locais, mas, também, a formação cultural de uma localidade. Contudo, a gestão desses espaços não ocorre de forma técnica.

Lacerda e Mendes (2019, p. 1887) afirmaram que o estudo da feira livre permite refletir sobre a confluência de elementos naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais, uma vez que “tais elementos interagem de forma dinâmica modelando sobre velhos espaços, novos olhares e vivências no mundo, reestruturando-os como lugar”. Concordamos com a afirmativa das autoras, de que esses espaços são compostos de subjetividades, afetos e memórias comuns que são reatualizadas ordinariamente. Para Carvalho (2021), ao analisarmos as memórias das trabalhadoras das feiras livres (aqui nos referimos, especialmente, às trabalhadoras da CEASA de Vitória da Conquista), torna-se possível “apreender amplos aspectos da vida social, econômica, política e cultural das mulheres”. Isso se torna possível

[...] a partir de estudos sobre o cotidiano, o trabalho e o protagonismo feminino inserido numa base territorial, no espaço da feira livre como um lugar para a realização do comércio, do desenvolvimento local e acima de tudo um lugar de mudanças sociais, onde as mulheres, ao saírem de suas casas, estão inseridas em outro cenário, com papéis definidos na luta pela conquista de seus direitos, pela autonomia e acima de tudo a conquista do espaço e sua constituição enquanto sujeito em uma sociedade que ainda discrimina e rotula, desrespeitando os seus direitos enquanto cidadãs (CARVALHO, 2021, p. 2).

Ao cruzarmos as memórias com outros dados, sobretudo aqueles referentes ao desenvolvimento socioeconômico, podemos empreender uma investigação que apresente a história de uma determinada região, aponte para suas especificidades e revele o conjunto de valores que são socialmente compartilhados por determinados grupos sociais.

Concordamos com a proposição de Carvalho (2021), segundo a qual tratar da trajetória de trabalho e das memórias das feirantes permite que sejam identificados e inter-relacionados alguns dos aspectos das estruturas econômicas e sociais de cunho parental, local, regional e nacional, especialmente pelo protagonismo e participação ativa dessas trabalhadoras em diversos aspectos dos setores produtivos, pois a partir das relações que são construídas, tanto com seus clientes quanto com os demais colaboradores e trabalhadores, forma-se uma extensa teia social, na qual diversos saberes, fazeres e técnicas se encontram. É nesse jogo de relações, muitas das quais marcadas por tensões e conciliações, que diversos estratos sociais interagem de modo a compor uma cultura comum. Desse modo, a vivência do cotidiano da feira livre, tanto na condição de trabalhador como na condição de consumidor, possibilita a troca de aprendizado em circulação entre os grupos aos quais pertencem. Carla Luiza Carneiro Borges (2009) afirma que, nas feiras livres, encontramos as relações de poder no processo de compra de produtos:

Olhar para os modos de vender das feiras livres possibilita uma discussão acerca das relações de poder que perpassam as relações sociais. Quando os feirantes vão para as ruas, eles ocupam as calçadas, talvez como uma reação àqueles que parecem dominar os espaços de venda. Há uma “competição” de produtos/vozes. Os preços são negociados: um precisa vender, outro precisa comprar. Nas lojas, não há negociação, o consumidor não tem poder. No máximo, ele se depara com opções de compras e com seus juros já incluídos. Nas feirantes ambulantes, o consumidor argumenta para comprar mais barato (a pechincha), o vendedor argumenta para vender mais caro,

sem as fronteiras/barreiras do mercado controlado por tarifas, impostos, juros (BORGES, 2009, p. 3).

Precisamos fazer algumas ressalvas às observações da autora a fim de melhor entender o contexto da feira da CEASA de Vitória da Conquista. Diferente das dinâmicas que são vivenciadas nas feiras itinerantes, a feira da CEASA é demarcada e cada vendedor possui direito a determinada parcela do espaço, mediante o pagamento de taxas à prefeitura municipal. Desse modo, o espaço da feira livre, paulatinamente passa a ser controlado por meio dos órgãos de inspeção, como a Secretaria de Serviços Básicos e a Vigilância Sanitária, cujas atribuições permitem o deslocamento, o confisco de produtos, a aplicação de multas e uma série de outras prerrogativas.

Ao analisarmos o conteúdo das falas das entrevistadas da feira livre da CEASA, observamos que, além das dificuldades e dilemas que enfrentam no exercício de suas funções, elas expressam, também, uma visão positiva sobre suas atuações, sobre seus papéis sociais, sobre suas formas de ser e estar no mundo. Logo, precisamos também ver o ambiente da feira livre como um lugar de resistência, onde as camadas populares constroem sua própria atmosfera cultural, produzem e circulam uma linguagem específica, compartilham de determinados valores e socializam seus saberes a partir do contato que desenvolvem com os demais indivíduos que circulam nas dependências e adjacências.

Em seu estudo sobre o trabalho infantil na CEASA de Vitória da Conquista, Glenda Felix Oliveira (2017) observou que, além das crianças, é enorme o contingente de mulheres que ali atuam. A partir desta constatação, a pesquisadora buscou analisar as narrativas das feirantes e suas memórias sobre o trabalho infantil. Com base nas entrevistas que realizou, Oliveira (2017, p. viii) identificou que “as memórias das feirantes foram (re)construídas em torno do trabalho como algo moralizante e indispensável à formação do caráter dos filhos e filhas, que o trabalho se presta à solidariedade familiar”. Neste sentido, para muitas das participantes da pesquisa, o trabalho infantil seria uma condição indispensável para a sobrevivência do grupo familiar, uma vez que muitas feirantes compartilhavam a ideia de que os filhos e filhas dos grupos mais pobres estavam fadadas ao mundo do trabalho, o que acabava por naturalizar a existência do trabalho infantil. Em nosso estudo, buscamos revisitar essa questão a partir do questionamento sobre a existência de filhos e sobre o compartilhamento ou não com eles das funções de feirantes.

Ao investigar as memórias que as trabalhadoras da CEASA tinham sobre a realização de trabalho na infância, Oliveira (2017, p. 111) constatou que “as feirantes trazem boas recordações do passado enquanto trabalhadoras que foram e que ainda são”. O trabalho como expressão máxima da constituição do caráter do “bom sujeito” apareceu de forma naturalizada em suas narrativas, o que permitiu à autora afirmar que, para muitas mães, avós ou mesmos pais, incentivar ou obrigar seus filhos a trabalhar desde cedo não seria nenhum problema.

Buscando compreender a importância da feira livre, Fernanda Ramos Lacerda (2020) afirmou que as feiras livres são lugares de encontro, de trocas de experiências, de fazeres e saberes que reforçam significados acerca da realidade. Desse modo, é preciso nos despirmos das concepções preconcebidas

sobre as formas como seus trabalhadores se organizam, a fim de imergimos em suas dinâmicas internas e, assim, produzirmos um saber científico que verdadeiramente reflita a forma como eles percebem a si mesmo e aos outros.

Lacerda (2020, p. 36), ao historicizar a trajetória de existência do comércio popular em Vitória da Conquista, incluiu entre seus objetos de investigação a feira da CEASA. Segundo a pesquisadora, “entre 1983 e 1986 ocorreu a construção de cinco pavilhões para abrigar a feira que era realizada na Praça da Bandeira, ao lado do Mercado Municipal Fernando Spínola, conhecido como Mercadão”. Essa ampliação foi o resultado da constatação do aumento do contingente de consumidores e vendedores varejistas. Durante o período de convivência mútua entre os setores atacadistas e varejistas, os primeiros atendiam não apenas os segundos, como também, os varejistas das feiras dos bairros adjacentes e das cidades circunvizinhas. A separação só ocorreu em 2008, sendo o setor atacadista deslocado para a Avenida Juracy Magalhães. Em decreto municipal de 2017, foi sancionado novo deslocamento, efetivado em 05 de julho de 2022 com a inauguração da CEAVIC, localizada às margens da Rodovia Herzem Gusmão, conhecida popularmente como “Saída de Anagé”. Desse modo, além de diversas feiras livres nos bairros da cidade, coexistem, atualmente, dois polos atacadistas destinados a atender a demanda sempre crescente dos produtos que são ali distribuídos.

Conforme Glenda Felix Oliveira e João Diógenes Ferreira dos Santos, além de serem expressivas na feira, as mulheres feirantes da CEASA estão distribuídas em diversos setores, prioritariamente na venda e manipulação de alimentos, atividades historicamente reservadas aos cuidados femininos: “os papéis reservados para a mulher dentro da sociedade, como o papel de mãe e o de esposa, acabam contribuindo para que haja imbricações entre o trabalho feminino e o trabalho infantil” (OLIVEIRA; SANTOS, 2017, p. 2).

Perguntamos a Sesepe se existe algum projeto de reforma da CEASA e a resposta fornecida foi de que “Não” existe. Dentre os questionamentos que enviamos à Sesepe estava uma pergunta sobre a quantidade de licenciados existentes na feira livre da CEASA. Na ocasião, a supervisora informou que, até aquele momento, eram 917, dos quais 447 eram mulheres, ou seja, cerca de 48,74% do total. Com relação aos preços que são cobrados anualmente a cada licenciado, a secretaria informou que existem três taxas praticadas, duas de cota mensal e uma de cota anual: aos açougues são sobrados R\$ 71,19 por box e aos ocupantes dos galpões R\$ 13,86 mensalmente, enquanto os ocupantes das rampas pagam R\$ 10,97 anualmente.

TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DAS FEIRANTES DA CEASA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

No universo trabalhista da feira livre da CEASA de Vitória da Conquista, nos deparamos com relatos das feirantes de que, ao longo de suas vidas, elas se ocuparam de diversas outras funções, tanto em seus domicílios como em outros espaços. Em conversas exploratórias e informais, trabalhadoras

relataram que haviam cursado diversos níveis formativos, mas que viam no trabalho das feiras a forma mais segura e eficaz de garantir o próprio sustento e do seu grupo familiar. Outro ponto que nos chamou bastante atenção foi a percepção da divisão social do trabalho com base no gênero. Segundo nos foi relatado, algumas atividades eram exclusivas dos homens, enquanto outras eram femininas. Em nosso estudo, buscamos aprofundar nossa compreensão acerca das memórias sobre o trabalho e sobre como este se relaciona com o universo feminino, a fim de percebermos os impactos da escolarização na autocompreensão de si e das dinâmicas de trabalho na feira livre.

De modo mais específico, podemos considerar que a memória das mulheres feirantes da CEASA de Vitória da Conquista, como discutiremos melhor mais adiante, se enquadra tanto no sentido de trabalho doméstico como de trabalho informal, citado pela professora Ana Elizabeth Alves (2013). Em comum, são trabalhos normalmente mal remunerados ou nem são remunerados, quando não invisibilizados.

Essas profissionais muitas vezes são invisibilizadas socialmente, inexistindo dados que apontem para as suas reais condições de trabalho. Conhecemos pouco ou quase nada do universo de trabalho e das percepções dessas trabalhadoras sobre si e sobre a sociedade onde estão inseridas, por isso é imprescindível analisarmos, a partir de registros de memória, as visões de mundo dessas personagens, colocando em relevo a divisão social do trabalho. Ao inquirirmos sobre os níveis formativos das trabalhadoras da CEASA, objetivamos ampliar nossa percepção sobre a divisão sexual de gênero e sobre as condições de trabalho das mulheres feirantes com o intuito de desmitificar a vaga ideia de que todas as trabalhadoras da feira livre não são escolarizadas e que, por isso, ocupam-se dessas atividades por serem a última ou única escolha.

Com o propósito de garantirmos o sigilo das trabalhadoras, optamos por atribuir nomes fictícios às participantes do estudo. Para resguardarmos suas identidades, decidimos denominar as feirantes com nomes de frutas da flora local. No Quadro 1 apresentamos os resultados dos questionários socioeconômicos aplicados entre os dias 6 e 7 de dezembro de 2022.

Quadro 1 – Dados socioeconômicos das trabalhadoras da CEASA de Vitória da Conquista

Nome	Idade	Raça/Etnia	Grau de escolaridade	Regime de trabalho
Buriti	32	Negra	Ensino médio incompleto	Autônoma
Caju	34	Parda	Ensino fundamental incompleto	Microempreendedora individual
Cupuçu	41	Indígena	Nível superior completo	Autônoma
Mangaba	46	Parda	Ensino médio completo	Autônoma
Cajá	46	Parda	Ensino médio completo	Autônoma
Umbu	47	Branca	Ensino médio completo	Autônoma

Maracujá	55	Branca	Ensino médio completo	Autônoma
Cambuci	57	Parda	Ensino médio completo	Autônoma
Ingá	65	Negra	Não alfabetizada	Autônoma
Grumixama	68	Branca	Ensino primário	Autônoma
Açaí	72	Branca	Ensino fundamental incompleto	Autônoma

Fonte: Quadro produzido pelos autores com base em dados coletados pela pesquisadora, 2024.

As informações coletadas indicam que a maior parcela das entrevistadas se enquadra, segundo a legislação brasileira vigente, na população em idade ativa de trabalho. Das 11 entrevistadas, oito têm idades entre 32 e 57 anos. Ainda com base no questionário socioeconômico aplicado, foram identificadas três pessoas idosas, com idades entre 65 e 72 anos.

Com base nos critérios étnico-raciais adotados pelo IBGE, e seguindo o critério de autodenominação étnico-racial, percebemos o predomínio da população negra entre as entrevistadas, uma vez que, das 11 trabalhadoras, duas se autodeclararam negras e quatro se autodeclararam pardas, quatro trabalhadoras se reconheceram enquanto brancas e uma única entrevistada foi autodeclarada indígena. A partir desses dados podemos inferir que a população negra se encontra altamente presente nesse tipo de emprego, considerado, socialmente, enquanto serviço subalterno, por não requerer especialização profissional ou educacional para ser executado. Quando comparamos o grau de escolarização das entrevistadas, em cruzamento com os critérios étnico-raciais, constatamos a baixa escolarização das trabalhadoras negras da feira livre da CEASA. Das duas entrevistadas autodeclaradas negras, uma alegou não ter completado o ensino médio, enquanto outra informou não ter sido escolarizada, o que aponta para o sistema de exclusão pelo qual passa a população afro-brasileira. Entre as trabalhadoras autodeclaradas pardas, três alegaram ter completado o ensino médio enquanto uma informou não ter concluído o ensino fundamental, sinalizando, mais uma vez, para o sistema de exclusão que afeta mais pesadamente às pessoas negras. Das quatro trabalhadoras autodeclaradas brancas, duas informaram terem terminado o ensino médio, enquanto uma alegou não ter concluído o ensino fundamental e outra declarou ter cursado somente o ensino primário. No quadro geral, somente uma trabalhadora, autodeclarada indígena, informou ter concluído o ensino superior, tendo cursado Pedagogia.

Mesmo se tratando de um estudo qualitativo, a partir das informações coletadas pudemos observar, quantitativamente, que, do total de 11 trabalhadoras selecionadas aleatoriamente, 45% possuíam o ensino médio completo, 18% possuíam ensino fundamental incompleto, 9% não era escolarizada, 9% não completou o ensino primário, 9% não completou o ensino médio e 9% possuíam ensino superior completo. Desse modo, percebemos que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996, apenas 45% das entrevistadas

completaram todo o ciclo da Educação Básica (cujo término compreende a conclusão do ensino médio), enquanto 36% não concluíram o ensino fundamental (que se inicia com o “ensino primário”, 9% não teve acesso à Educação Básica (sendo enquadrada como analfabeta) e apenas 9% e obteve formação no ensino superior. De acordo com a LDB, a maior parcela das trabalhadoras entrevistadas não é enquadrada enquanto profissionais especializadas, pois, segundo a reforma do ensino promovida por esta legislação, a conclusão da Educação Básica não qualifica profissionalmente o(a) estudante ao mercado de trabalho especializado, o(a) habilitando(a) somente para o prosseguimento na vida formativa no ensino superior e o(a) qualificando a assumir postos de trabalhos que não exigem formação técnica ou profissional. O baixo grau de escolarização entre as feirantes da CEASA é indício da subalternização do trabalho na feira livre.

Outro dado importante diz respeito ao enquadramento profissional das trabalhadoras. Quando questionamos sobre os vínculos empregatícios das feirantes da CEASA, 91% se autodenominaram trabalhadoras autônomas, enquanto somente uma alegou ser a principal responsável pelo ponto comercial onde atuava, se autodenominando microempresendedora individual. Com relação a essa última informação, depreendemos que o fato de possuir um ponto comercial na feira livre da CEASA oferece à responsável um estatuto que a difere das demais entrevistadas, pois, ao se ver e se representar enquanto microempresendedora, ela busca se afastar da lógica de exploração da mão-de-obra. Seus ganhos, sua força de trabalho e o seu tempo encontram-se empregados na promoção de seu comércio, cujos ganhos seriam inteiramente seus, e o seu sucesso ou fracasso profissional seriam de sua inteira responsabilidade, graças à dedicação ou não ao trabalho árduo como feirante. No quadro 2, estão dispostas as informações com relação à renda individual e à renda média familiar:

Quadro 2 – Dados relativos ao número de filhos(as) e/ou dependentes, compartilhamento do ofício de feirante e renda individual e familiar entre as feirantes da CEASA de Vitória da Conquista

Nome	Núm. de filhos(as) e/ou dependentes	Compartilhamento do ofício de feirante com filhos(as) e/ou dependentes	Renda individual mensal (salários-mínimos)	Renda familiar mensal (salários-mínimos)
Buriti	1	Não	Entre 1 e 2 salários-mínimos	Entre 1 e 2 salários-mínimos
Caju	4	Não	Até 1 salário-mínimo	Até 1 salário-mínimo
Cupuaçu	2	Sim	Até 1 salário-mínimo	Entre 1 e 2 salários-mínimos
Mangaba	6	Não	Até 1 salário-mínimo	Não soube informar
Cajá	3	Não	Até 1 salário-mínimo	Entre 1 e 2 salários-mínimos

Umbu	3	Sim	Entre 1 e 2 salários-mínimos	Entre 3 e 4 salários-mínimos
Maracujá	3	Sim	Entre 3 e 4 salários-mínimos	Entre 3 e 4 salários-mínimos
Cambuci	Não tem filhos	Não	Até 1 salário-mínimo	Entre 2 e 3 salários-mínimos
Ingá	5	Não	Até 1 salário-mínimo	Até 1 salário-mínimo
Grumixama	4	Não	Até 1 salário-mínimo	Entre 1 e 2 salários-mínimos
Açaí	6	Não	Até 1 salário-mínimo	Entre 1 e 2 salários-mínimos

Fonte: Quadro produzido pelos autores com base em dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Do total das trabalhadoras participantes do estudo, apenas uma informou não ter filho, alegando também se encontrar solteira. Com relação à outra participante solteira, o número total de filhos informado foi quatro e a depoente alegou não partilhar de seu ofício com nenhum de seus filhos e/ou dependentes. Das 11 entrevistadas, apenas três informaram compartilhar o ofício de feirante com os filhos, sendo que as três informaram serem casadas. Ao cruzarmos os dados sobre a situação conjugal, o número de filhos e/ou dependentes e o compartilhamento do ofício de feirante com seus/suas cônjuges, filhos e/ou dependentes, depreendemos que, dentre as seis participantes que informaram ser casadas, todas declararam ter filhos e/ou dependentes, sendo que três delas compartilhavam o posto de trabalho com os filhos, enquanto outras três alegaram também compartilhar com o(a) companheiro(a) as tarefas na feira livre. Somente Umbu e Maracujá afirmaram que dividiam com seus/suas companheiros(as), filhos e/ou dependentes o ofício de feirante na CEASA. Já a participante nomeada Cupuaçu alegou partilhar somente com seus filhos e/ou dependentes o serviço na feira livre. Portanto, um número relativamente baixo das participantes atua profissionalmente na companhia de outro membro de seu núcleo familiar.

Entre as participantes que afirmaram serem viúvas, duas mulheres idosas, Ingá, com 65 anos, é mãe de cinco filhos, e Açaí, com 72 anos, é mãe de seis filhos e/ou dependentes. As duas afirmaram não compartilhar com seus filhos do ofício de feirantes. Esta última participante nos contou que, por bastante tempo, dividiu com o filho mais velho o trabalho na CEASA, porém ele havia morrido em um trágico acidente, há cerca de dois anos; quanto aos seus três filhos e/ou dependentes vivos (dos seis, três já eram falecidos), nenhum outro chegou a partilhar as tarefas na feira, tendo trilhado outros caminhos profissionais.

A participante Mangaba, declarada divorciada, com seis filhos e/ou dependentes, informou que todos já tinham lhe auxiliado nas tarefas diárias na CEASA, contudo, atualmente, trabalhava sozinha em decorrência da recusa de parte de seus filhos e/ou dependentes de compartilhar das funções na feira

livre, enquanto outros haviam assumido compromissos profissionais em outros setores, especialmente na área da prestação de serviços.

Antes de encerrarmos a análise sobre as condições socioeconômicas das trabalhadoras da CEASA, devemos nos atentar para a participação dessas trabalhadoras na manutenção de seus núcleos familiares. Ainda com base no quadro 2, onde estão dispostas as informações com relação à renda individual e à renda média familiar, alguns indícios nos levam a entender melhor o papel central dessas trabalhadoras no sustento dos gastos de seus lares e na garantia da sobrevivência de seus familiares, especialmente seus/suas companheiros(as), filhos e/ou dependentes.

Do total de 11 trabalhadoras, oito informaram que seus rendimentos mensais eram de aproximadamente até um salário-mínimo, o que representa um ganho relativamente baixo, sobretudo quando consideramos o fato de que, do total de trabalhadoras, somente uma não possui filhos e/ou dependentes. Não estamos querendo afirmar que todas essas trabalhadoras sejam as únicas responsáveis pelo sustento de seus filhos e/ou dependentes, especialmente considerando aqueles que residem em outros domicílios, são chefes ou coparticipes de seus próprios núcleos familiares, são maiores de idade ou possuem vínculos empregatícios.

O número de filhos e/ou dependentes é variável: uma afirmou ter dois filhos e/ou dependentes, uma alegou possuir três, uma informou possuir cinco, duas declararam possuir quatro e duas mencionaram possuir seis. Ao cruzarmos as informações sobre os números de filhos/dependentes com o ganho médio mensal individual de até um salário-mínimo e com os ganhos médios mensais de cada núcleo familiar, chegamos aos seguintes resultados: do total de oito trabalhadoras, duas afirmaram que as receitas médias mensais de seus domicílios não ultrapassam um salário-mínimo, sendo que entre elas uma é mãe de quatro e a outra mãe de cinco filhos e/ou dependentes. Esses dados permitem afirmar que essas trabalhadoras eram as únicas responsáveis pela economia de seus domicílios e pela manutenção da sobrevivência de seus núcleos familiares. Já com relação às outras seis trabalhadoras cujos ganhos médios mensais individuais são de até um salário-mínimo, quatro informaram que a receita mensal familiar é de um a dois salários-mínimos. Logo, mesmo não podendo ser consideradas as únicas mantenedoras de seus domicílios e núcleos familiares, essas trabalhadoras representam uma parcela importante na manutenção da sobrevivência de seus lares, correspondendo à metade dos rendimentos mensais de suas famílias. Dentre as feirantes com ganho mensal de até um salário-mínimo, somente uma afirmou que a receita mensal variava entre dois e três salários-mínimos, não sendo ela mãe ou casada, o que aponta para a participação de outros familiares na manutenção de seus lares. Por fim, das oito entrevistadas cujos ganhos médios mensais individuais eram de aproximadamente um salário-mínimo, somente uma não soube informar o rendimento médio mensal de seu núcleo familiar; contudo, sabemos se tratar de uma trabalhadora divorciada e mãe de seis filhos e/ou dependentes. Com base no quadro geral, inferimos que essas trabalhadoras desempenham um papel crucial na manutenção econômica de seus domicílios, mesmo que seus rendimentos sejam extremamente baixos, uma vez que, a monta de um

salário-mínimo – cerca de R\$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em 2022, momento em que realizamos o estudo – garantiam as condições mínimas de sobrevivência.

No que diz respeito às duas trabalhadoras cujos ganhos médios mensais individuais informados eram entre um e dois salários-mínimos, uma delas alegou que o rendimento médio mensal de seu núcleo familiar era entre um e dois salários-mínimos, o que nos levou a concluir ser ela a única responsável pela manutenção de seu domicílio e núcleo familiar; a outra participante informou que o ganho médio mensal de sua família girava em torno de três a quatro salários-mínimos. Novamente, essa informação nos permite crer que, mesmo não sendo a única mantenedora de sua família, seus rendimentos representam uma parcela importante da receita de seu domicílio. Por fim, somente uma das entrevistadas informou ganhar individualmente entre três e quatro salários-mínimos. Além disso, alegou que o rendimento médio mensal de sua família era entre três e quatro salários-mínimos; ou seja, seria ela a única responsável econômica pelo sustento de seu lar e de seu núcleo familiar. No quadro geral, observamos a participação ativa das trabalhadoras na manutenção econômica de seus domicílios e de seus núcleos familiares, mesmo que, em muitos casos, a receita média mensal não chegue a um salário-mínimo.

Ao cruzarmos os dados sobre rendimentos individuais e familiares com as informações sobre o regime de trabalho ao qual estão submetidas essas mulheres na lida na CEASA, percebemos uma evidente contradição: entre as 11 participantes do estudo, 10 informaram serem autônomas, enquanto apenas uma alegou ser uma microempreendedora individual. Trata-se da participante Caju, feirante de 34 anos de idade, solteira e mãe de quatro filhos e/ou dependentes. Conforme nos informou durante a entrevista, seu ganho médio individual era de até um salário-mínimo, enquanto o ganho médio mensal de seu núcleo familiar era igual ao seu rendimento, nesse sentido, concluímos ser ela a principal mantenedora de seu domicílio e núcleo familiar, porém, a receita informada nos levou a questionar sua condição enquanto empreendedora. Segundo Rioga (2022), a legislação do MEI¹, implantada no Brasil em 2008, representa um retrocesso no que diz respeito às garantias dos direitos trabalhistas e previdenciários, ao retirar dos trabalhadores as obrigações jurídicas dos empregadores e desresponsabilizar o Estado de seu papel de promover a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Significa, pois, uma precarização das condições de trabalho para milhares de cidadãos.

Com base nos relatos das participantes do estudo, depreendemos que, além de atuarem em extensas jornadas de trabalho extra domicílio, elas assumem o duplo papel de se encarregarem pelos afazeres básicos de seus lares, essenciais para a manutenção de seus núcleos familiares e dos quais não recebem reconhecimento. Como afirmou Mangaba, “os serviços domésticos são vistos como funções da mulher, seja ela filha, esposa ou mãe, que, além de trabalhadoras, são primeiramente donas de casas”.

¹ MEI é a sigla para Microempreendedor Individual, uma categoria criada para profissionais autônomas que faturam até R\$ 81.000,00 anuais. Cf. BRASIL. *Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008*. Brasília: Casa Civil, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: fev. 2024.

Dentre as participantes, a grande parcela atua na CEASA há mais de duas décadas, tendo assistido e participado de diversas transformações no que diz respeito à administração pública local. As referências, em suas entrevistas, à “época em que o PT estava no poder”, ao “governo de Herzem” ou à “atual gestão municipal” apontam para a consciência que essas trabalhadoras têm sobre a importância de determinadas plataformas políticas na melhoria ou no descaso com relação à manutenção e controle dos espaços públicos e dos serviços essenciais ofertados à população, nesse caso, o funcionamento da CEASA. Neste aspecto, coadunamos com as conclusões de Borges (2009), de que as feirantes que atuam profissionalmente em ambientes de pluralidade de ideias e de discussões de naturezas diversas, entre elas políticas, absorvem, adaptam e se constroem enquanto sujeitas ativas em matérias políticas, sendo, portanto, errôneo afirmar, somente a partir de informações sobre seu grau de instrução educacional, que sejam elas despolitizadas.

MEMÓRIA COLETIVA DAS FEIRANTES: PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO FEMININO NA FEIRA LIVRE

Em diferentes momentos da humanidade, pensadores e filósofos se propuseram a discutir a memória enquanto fenômeno. Dentre eles, podemos destacar a contribuição de Maurice Halbwachs (1877-1945), filósofo francês que inovou profundamente o campo da teoria da memória ao trazer ideias que até então não tinham sido associadas às Ciências Sociais, como observamos em *Les cadres sociaux de la mémoire* (1994) e *A memória coletiva* (2017), texto no qual o pensador argumentou que o simples ato de recordar, mesmo realizado individualmente, está diretamente relacionado com as interações que construímos coletivamente. Daí a necessidade de pensar a memória como um construto sociocultural, relacionado aos grupos de pertencimento dos quais fazemos partes:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2017, p. 30)

Segundo Ecléa Bosi (1979), “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações”, e é por meio da evocação do passado que conseguimos dar significado ao presente e, assim, projetar um futuro, seja ele ideal ou assustador. Nesta perspectiva, foi por meio do estudo da memória que buscaremos compreender os dilemas, problemas e expectativas que compõem a memória coletiva das trabalhadoras da feira livre da central de abastecimento:

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem

construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1979, p. 17).

Em consonância com Halbwachs, Bosi (1979) afirmou que a memória, como a entendemos e operacionalizamos na pesquisa científica, não ocorre de forma espontânea, pois ela necessita ser evocada a partir de marcos que nos são postos no presente. Portanto, a intenção do pesquisador, ao trabalhar com a memória, é buscar realizar os devidos questionamentos, a fim de que, por meio da evocação, o sujeito entrevistado consiga reconstruir uma imagem mental de algo que ele supostamente tenha vivenciado ou que, a partir de seus grupos de referência, tenha tido conhecimento.

No que diz respeito ao tratamento da memória coletiva, precisamos olhar com ressalva todos os acontecimentos relatados, sem desconsiderar os significados presentes no imaginário de quem tenha narrado. Contudo, é necessário matizar esses significados e buscar, por meio de outros indícios, reconstruir o fato (passado) e as percepções sobre o fato (presente), de modo a produzirmos um conhecimento crítico, crivo e ético. Logo, entendemos que as contribuições do campo da memória nos permitem ter uma visão diferenciada sobre determinados aspectos socioculturais nos quais estamos imersos (BENEDICTIS; RADL-PHILIPP, 2017).

Nas falas das feirantes, percebemos como as atividades domésticas são naturalizadas enquanto funções femininas. Trata-se de um valor cultural transmitido de geração em geração, configurando-se enquanto elemento constituinte da memória coletiva. Não existindo entre as participantes nenhuma crítica quanto à perpetuação desse tipo de violência de gênero, que considera os afazeres domiciliares enquanto atividade não produtiva e de responsabilidade exclusiva do sexo feminino, independente da faixa etária. Contudo, mesmo predominando na mentalidade da sociedade a validade desse padrão, observamos que “não se há de negar que, nas últimas décadas, esse modelo ou ideal de família venha sendo bastante contestado, inclusive porque as mulheres vêm saindo cada vez mais da sua suposta ‘domesticidade’, tornando-se figuras marcantes no mundo da produção” (SARDENBERG, 2004, p. 256), a exemplo das feirantes da CEASA às quais tivemos acesso.

Mesmo percebendo mudanças no que diz respeito ao protagonismo econômico das trabalhadoras, como demonstramos ao apresentar a renda média mensal individual e a renda média familiar, sendo que grande parte das entrevistadas assumiu a condição de principais mantenedoras de seus núcleos familiares, ainda persiste entre elas a prática imposta pela ideologia machista de assumirem a responsabilidade integral dos serviços domésticos, sem que haja nenhum reconhecimento social quanto à relevância desses serviços enquanto atividade produtiva.

Interpretado a partir dos postulados da teoria da memória coletiva, percebemos que as trabalhadoras são reféns de um complexo sistema de opressão, no qual os valores do capitalismo e do machismo se unem, afetando a qualidade de vida. Segundo Bosi (1979, p. 26), é comum encontrarmos

entre as mulheres mais velhas, especialmente, as mais pobres, relatos sobre o início precoce na vida profissional, sobretudo na condição de “ajudante” ou “auxiliar”, sem que exista por parte delas a consciência de que, desde a tenra idade, estavam fadadas a assumirem responsabilidades que não são reconhecidas enquanto atividades produtivas, logo, que não recebem o reconhecimento social devido.

Com relação à falta de oportunidade de conseguir outro emprego, Buriti afirmou que já trabalhava na CEASA há, aproximadamente, 16 anos, tendo se tornado feirante por indicação de sua irmã, que já trabalha na feira livre há mais tempo. Ao ser questionada sobre qual outra profissão gostaria de ter, informou que um de seus maiores sonhos era ter se tornado psicóloga, porém, as condições de vida da família a impediram de estudar, especialmente por ser mãe de um filho menor de idade e em decorrência do fato de que seu esposo prestava apenas serviços temporários por estar desempregado. Maracujá nos relatou que trabalhava há 28 anos na CEASA e se tornou feirante em decorrência do marido, que, por bastante tempo, trabalhou ali. Ao buscar uma oportunidade de emprego não foi admitida em outra profissão por não ter experiência profissional, o que, segundo ela, a obrigou a ingressar na lida da feira livre, primeiramente como auxiliar, tendo posteriormente conseguido sua licença e seu ponto. Afirmou, ainda, que, se as condições de vida fossem diferentes, gostaria de ter cursado a faculdade de Letras e trabalhar com o ensino de crianças e jovens, em uma profissão que julga ser mais digna e valorizada que a atual.

A noção de que o trabalho na feira livre é o resultado da marginalização, exclusão social e falta de oportunidade não representa apenas a visão cultural compartilhada entre as participantes do estudo. Como demonstrado por pesquisadores interessados em compreender os perfis socioeconômicos de feirantes que atuam em diversas feiras livres do país, essas noções encontram-se em circulação na mentalidade de grande parcela da população brasileira, que, em muitos casos, sem conhecer a fundo a realidade desses sujeitos, partem do pressuposto de que ser feirante é a “última opção” para quem não tem outro caminho além daquele (LUCENA, 2018; VEDANA, 2004; 2013; SOUZA, 2021; SILVA, 2021). Desconsidera-se o fato de que muitos trabalhadores optam pela profissão de feirante em decorrência da memória coletiva compartilhada pelo seu núcleo familiar. Como constatamos, as feirantes da CEASA de Vitória da Conquista recordaram terem sido inspiradas por familiares que já exerciam a profissão e que as permitiram ingressar neste ramo profissional, mesmo que esta não tenha sido apresentada como principal motivação para a escolha de suas carreiras.

No que se refere à necessidade de sobrevivência, encontramos relatos comoventes, segundo os quais a feira livre foi um dos caminhos mais fáceis para garantir as condições mínimas de autossustento e de seus filhos(as) e/ou dependentes. Açaí, por exemplo, afirmou, categoricamente, que sua escolha pelo trabalho na CEASA, exercido há oito anos, foi uma imposição em decorrência da pobreza, especialmente por não contar com a ajuda de nenhum outro familiar no sustento de seu lar e na criação de seus seis filhos. Segundo ela, caso não fosse feirante, profissão à qual estava vinculada há mais de 30

anos, gostaria de trabalhar como costureira, pois desde cedo aprendeu as técnicas de costura, ao ver sua mãe e outras mulheres de sua família “costurando para casa e para fora”.

A necessidade de sobrevivência também foi a justificativa apresentada por Cajá para estar trabalhando na CEASA. Ela afirmou ter assumido o posto de feirante em decorrência da ausência de seu marido, a quem havia sido concedida a licença. Por ter se tornado transportador de mercadorias, ele não teve como conciliar os dois serviços, restando a ela contratar uma cuidadora para auxiliar nos cuidados de seus dois filhos menores de idade. A depoente alegou, também, que já trabalhava na CEASA há mais de 15 anos e que, caso não fosse feirante, gostaria de abrir seu próprio negócio de confeitaria. Ela já atuava nesse setor antes de ingressar na feira livre e tentava conciliar com a profissão de feirante, bem como com os serviços domésticos e com o cuidado e a educação de seus três filhos. Observamos, portanto, um acúmulo de funções, que extrapola o que é considerado uma dupla jornada de trabalho. Neste caso específico, podemos, mesmo, falar em jornada quádrupla.

Ser dona do seu próprio negócio é um dos principais desejos de Caju, que informou trabalhar na feira livre há dois anos por necessidade de sobrevivência, uma vez que era a principal mantenedora de seu núcleo familiar e responsável pelo sustento e educação de seus quatro filhos(as). Do mesmo modo, “a necessidade de sustentar a casa” foi a resposta dada por Ingá, ao ser questionada sobre os motivos que a levaram a se tornar feirante. Segundo esta participante, ela sempre foi a principal responsável pelo sustento de seus cinco filhos(as), mesmo quando ainda era casada. Quando a questionamos sobre qual outra profissão gostaria de exercer, caso não fosse feirante, ela nos relatou, em tom comovido, que desejava apenas ter aprendido a ler e escrever e, assim, poder ter colaborado na educação de seus dependentes. Nos contou, também, que ingressou no serviço da feira livre há mais de 40 anos, estando na primeira turma das trabalhadoras credenciadas do CEASA quando da ocasião de sua inauguração, em 1986. Ainda segundo ela, periodicamente, assumia a responsabilidade pelos cuidados intensivos de seu irmão mais velho, de 82 anos, que havia recentemente sofrido um acidente vascular cerebral que o tornou totalmente dependente.

A necessidade de sobrevivência também foi apontada por Cambuci como principal justificativa, ao afirmar que por ter sido dispensada de serviço de auxiliar de fisioterapia, profissão que realizou por mais de 10 anos, havia ficado cerca de nove meses desempregada, o que a obrigou ir trabalhar na CEASA, por indicação de sua irmã que já era feirante. Segundo seu relato, seu ingresso como feirante ocorreu a mais de 40 anos, quando ainda era menor de idade, contudo, havia se afastado em busca de novas oportunidades e que sua demissão não justificava a fez regressar à feira livre. Do mesmo modo que Burity, Cambuci declarou que uma de seus maiores sonhos era ter se tornado psicóloga, mas que as condições financeiras a impediram de concretizar esse desejo. Ela justificou que, na “época” em que era jovem e estava disposta a estudar, os cursos disponíveis estavam localizados na capital do Estado ou em faculdades particulares, sendo este um dos principais fatores que a levaram a desistir.

Dentre as 11 participantes do estudo, somente uma alegou a busca pela autonomia financeira enquanto principal motivo que a levou ao serviço na feira livre. Foi o caso de Cupuaçu, que trabalhava na CEASA há cerca de quatro anos. Ainda segundo seu relato, caso não fosse feirante, desejaria seguir carreira como docente e coordenadora pedagógica. Como vimos, esta foi a única feirante entrevistada que declarou ter concluído o ensino superior.

Com relação às demais participantes, observamos uma curiosa associação entre o trabalho na feira livre com o trabalho no campo. A escolha pela profissão de feirante ocorrera em decorrência de serem oriundas da zona rural e de terem se inspirado em familiares que, por muito tempo, comercializaram gêneros alimentares produzidos nas pequenas propriedades onde habitavam.

Açaí, Umbu e Caju disseram que se viam valorizadas socialmente enquanto feirantes, não apenas por parte da sociedade em geral quanto pelos fregueses aos quais tinham acesso diariamente. No meio termo entre o reconhecimento e a desvalorização social pelo posto de trabalho que ocupavam, encontramos os relatos de Grumixama e Cambuci. De acordo com a primeira, “a parcela de clientes mal educados é proporcional à parcela dos que nos tratam muito bem”. A segunda alegou não querer generalizar a forma pela qual era tratada e valorizada, optando em informar, apenas, que “os clientes são educados, mas [há] muitos mal educados, contudo ganho o meu dia quando encontro alguém educado”.

Para muitas das participantes deste estudo, os tratamentos que lhes eram dados pelos clientes estavam marcados por diversas formas de abuso e opressão, sobretudo com relação à qualidade dos produtos e aos preços cobrados. Maracujá, por exemplo, alegou não se sentir valorizada e acreditar que a razão para isso se deva ao fato de que muitas pessoas acham que os feirantes são pessoas ignorantes, que, supostamente, por não ter nenhuma outra oportunidade na vida, precisam se sujeitar a qualquer forma de tratamento. De forma semelhante e muito abreviadamente Cajá informou não se sentir valorizada e ser constantemente desrespeitada, o que, segundo ela, a fazia avaliar sempre seu desejo de continuar exercendo a profissão que escolheu seguir.

Furtivamente Buriti informou que, ao longo de seus mais 40 anos de atuação profissional nas feiras livres de Vitória da Conquista, havia passado por diversas situações constrangedoras, nas quais seus algozes eram oriundos de diversas classes sociais, pois, como afirmou, “a burrice e a falta de educação não têm cara, cor e classe social”. Já segundo Cupuaçu, os clientes que mais a destratava eram as pessoas pobres e sem instrução, que sempre culpam os feirantes pelos preços caros de determinados produtos, sem nenhuma consciência sobre a margem de lucro dos vendedores, a sazonalidade de determinados gêneros e o trabalho que é necessário para adquirir, transportar, arrumar e conservar os produtos.

Dentre os relatos, dois deles nos chamaram atenção: o primeiro foi cedido por Mangaba, ao alegar que, constantemente, era acusada de praticar valores abusivos e estar querendo “enriquecer” às custas dos fregueses. Conforme nos relatou, entre os feirantes a expressão mais escutada era: “isso é um roubo!”, expressão que questionava seu lugar social e a sua profissão enquanto digna, o que muito lhe

entristecia. Contudo, disse de forma comovente que a única forma de superar esse abuso era regressar para casa e saber que seu trabalho lhe permitia “colocar o pão na boca” de seus filhos(as), a principal razão que a fazia acordar cedo todos os dias e retomar ao seu posto de trabalho.

Comovente também foi o relato cedido por Ingá, ao contar que, pouco antes de conceder a entrevista, havia sofrido uma agressão verbal por uma “mulher granfina”, que insatisfeita com o preço de um dos seus produtos passou a esbravejar em alto e bom tom que ela estava tentando lhe roubar “na cara dura” e “em plena luz do dia”. De acordo com a participante, a situação lhe deixou muito mal, causando insatisfação por parte de seus colegas de trabalho que, rapidamente e de forma discreta, se reuniram em torno de seu ponto. Ainda segundo seu relato, a situação foi tão constrangedora que o próprio esposo da agressora fez questão de lhe pedir desculpas e, em seguida, retornar e comprar o produto, sem questionar o preço cobrado. Como Ingá afirmou, situações como estas não são anômalas na rotina dos feirantes, que, recorrentemente, são destratados e precisam “engolir” o seu orgulho, mesmo acreditando terem motivos para se oporem aos maus tratos. Ela afirmou que, por diversas vezes, pensou em revidar as agressões sofridas, mas, por temer perder a “razão” e pela sua integridade física, especialmente em decorrência de sua idade avançada, teve que “engolir muito sapo nesta vida”.

Ainda com base nas memórias individuais desta última participante, constata-se que, na CEASA, é comum a existência de diversas formas de agressões verbais; contudo, dificilmente essas violências evoluem para agressões físicas, especialmente por existir ali uma rede de proteção entre os feirantes, o que certamente desencorajaria os agressores. Essa temática sensibilizou a participante que, além do caso acima narrado, fez questão de nos contar em detalhes outro fato ocorrido uma semana antes da entrevista: uma senhora que, segundo ela, aparentava ter a mesma idade que a sua, retornou ao seu ponto dois dias após comprar um dos seus produtos, alegando que ele estava estragado. Segundo Ingá foi necessário “levar na esportiva”, pois a queixosa exigiu ser reembolsada, mesmo tendo consumido quase todo o produto. De acordo com a feirante, essa também não era uma situação incomum.

Com relação à construção de redes de sociabilidade e de proteção mútua, concluímos que, mesmo atuando em um ambiente onde impera o individualismo, no que diz respeito ao sucesso em suas vendas, nas feiras livres existem uma pluralidade de redes de apoio. A partir do compartilhamento de experiências em comum é possível criar e solidificar vínculos afetivos, que permitem a construção de um pertencimento de grupo, responsável pelo surgimento de uma memória coletiva. Como afirmou Alexandre, em introdução a Halbwachs (2017), é somente a partir do afeto que um grupo social se constitui e se torna expressivamente capaz de construir uma memória coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao examinarmos o perfil socioeconômico das 11 participantes da pesquisa, percebemos o protagonismo dessas trabalhadoras na manutenção de seus núcleos familiares. Grande parte de seus ganhos eram revestidos para o custeio do sustento de seus filhos(as) e/ou dependentes, como também

para os gastos com cuidado e estudo. Várias delas declararam ser as principais mantenedoras de seus domicílios, dado corroborado pelo cruzamento entre as rendas médias individuais mensais e as rendas médias familiares mensais. Com base nisso, confirmamos o pressuposto de que o trabalho na feira livre garante às feirantes arcar com a sobrevivência de seus núcleos familiares e alcançar a emancipação financeira, responsável por promovê-las enquanto sujeitas capaz de enfrentar as desigualdades de gênero que imperam no contexto social brasileiro.

Mesmo constatando o protagonismo feminino, em matéria financeira, o que subverte a lógica de que as mulheres são “o sexo frágil” e, portanto, dependem da proteção masculina, está claro, nas alegações das participantes, que elas não recebem o reconhecimento social pela profissão que exercem, sendo constantemente submetidas a vexações e maus tratos e ao acúmulo das funções. No que se refere ao acúmulo do serviço doméstico com o trabalho extra domicílio, observamos a persistência da responsabilização das mulheres pelos afazeres domésticos e pelo cuidado com os filhos(as) e/ou dependentes. Nos casos em que as participantes afirmaram não serem as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, as atribuições por esses serviços recaíam em outras mulheres ou sobre as filhas mais novas, confirmando a lógica desigual de que “serviço de casa é papel da mulher”. Ainda com relação a este aspecto, não identificamos nenhuma crítica ao modelo de domesticidade do gênero feminino, indício de uma memória coletiva que naturaliza a divisão social do trabalho e qualifica o serviço doméstico enquanto atividade não produtiva.

Em se tratando das condições de trabalho no espaço da feira livre, observamos três fatores que representam enorme insatisfação entre as trabalhadoras: a falta de higiene, a ausência de segurança pública e a inexistência de fiscalização ao comércio paralelo. Segundo as entrevistadas, mesmo que o serviço de limpeza seja fornecido pela administração pública, sua qualidade é precária e insuficiente; contudo, as depoentes não foram unânimes em atribuir a responsabilidade por essas falhas aos órgãos competentes. Entre os culpados pela falta de higiene na CEASA, aparecem, além do poder público, os feirantes e os usuários. De acordo com elas, entre as medidas que urgem serem implantadas, estaria o aumento da periodicidade da limpeza diária.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, M. Introdução. In.: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2017.

ALVES, A. E. S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271-289, 2013.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENEDICTIS, N. M. de S. M. de; RADL-PHILIPP, R. M. A memória e a geografia social como recursos teóricos para a (re)construção da memória feminina. *Revista Geonordeste*, São Cristóvão, Ano XXVIII, v. 18, n. 1, 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/6193>. Acesso em: 9 set. 2022.

BONFIM, L. A.; GOMES, A. F.. Gestão na feira do interior: estudo na feirinha do bairro Brasil, Vitória da Conquista-BA. *Revista Brasileira de Administração Política*, Salvador, n. 1, v. 8, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15628>. Acesso em: 9 set. 2022.

BORGES, C. L. C. Narrativas de vendedores em Feira de Santana: entre memória e o esquecimento das feiras-livres. II ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA (EBECULT). *Anais...* Feira de Santana, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/4078265/NARRATIVAS_DE_VENDEDORES_EM_FEIRA_DE_SANTANA_ENTRE_A_MEMORIA_E_O_ESQUECIMENTO_DAS_FEIRAS_LIVRES. Acesso em: 9 set. 2022.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Biblioteca de letras e ciências humanas, 1979.

CARVALHO, J. C. A. R. Mulheres feirantes: cotidiano, trabalho, protagonismo e articulações femininas na feira livre em Caetitê – BA (1991 a 2019). 31º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH Brasil). *Anais...* Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628530109_ARQUIVO_d4782be2ecf7caada45e2154a8075634.pdf. Acesso em: 9 set. 2022.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Demonstrativo de empregabilidade e renda do município de Vitória da Conquista/BA, 2020*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acesso em: 9 set. 2022.

LACERDA, F. R.; MENDES, G. F. A feira como lugar de memória: imagem, patrimônio e tradição na produção do espaço geográfico. *PARAONDE!?*, Porto Alegre, n. 1, v. 12, p. 141-154, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/94099>. Acesso em: 9 set. 2022.

LACERDA, F. R. *Da feira “tanto eu trais como eu levo” lugar de saberes e fazeres em Vitória da Conquista – BA*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgeo/wpcontent/uploads/2020/02/DISSERTA%C3%87%C3%83O-FERNANDA-LACERDA-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em: 9 set. 2022.

LUCENA, T. et al. Diagnóstico socioeconômico dos feirantes de Vicência-PE. III CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS (COINTER/PDVAGRO). *Anais...* Recife, 2018. Disponível em: <https://cointer-pdvagro.com.br/wp-content/uploads/2019/02/DIAGN%C3%93STICO-SOCIOECON%C3%94MICO-DOS-FEIRANTES-DE-VIC%C3%8ANCIA-PE.pdf>. Acesso em: 9 set. 2022.

OLIVEIRA, G. F. *O trabalho infantil por meio das memórias das feirantes da CEASA de Vitória da Conquista-BA*. Dissertação (Mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Vitória da Conquista, 2017.

OLIVEIRA, G. F.; SANTOS, J. D. F. dos. O trabalho infantil por meio das memórias das feirantes da CEASA de Vitória da Conquista – BA. XII COLÓQUIO NACIONAL E V COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO. *Anais...* Vitória da Conquista, 2017. Disponível em: <https://www.observatorioqvt.uneb.br/index.php/2017/09/21/xii-coloquio-nacional-e-v-coloquio-internacional-do-museu-pedagogico/>. Acesso em: 9 set. 2022.

PIERRI, M. C. Q. M. *Um recorte em território artificializado: agricultura familiar e comercialização na feira dos Goianos-Gama/DF*. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7582>. Acesso em: 3 out. 2021.

RIOGA, A. F. de S. *A vulnerabilidade do trabalhador informal: MEI como solução jurídica para garantia de direitos desses trabalhadores*. 2022. Monografia (Graduação em Direito) - Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

SANTOS, A. V.; ROCHA, É. A. V. A ordenação do trabalho informal: conflitos no/pelo território. *GEOGRAFLA*, Rio Claro, n. 2, v. 44, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/15118>. Acesso em: 9 set. 2022.

SANTOS, C. V. de B. *Saberes, fazeres e aprendizagens na feira livre de SANTO AMARO – BA*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2379/1/2021_arti_carolinesantos.pdf. Acesso em: 9 set. 2022.

SARDENBERG, C. M. B. O trabalho feminino no Brasil: desigualdades de gênero e contrastes regionais. In.: SARDENBERG, C. M. B. (org.). *A face feminina do Complexo Metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no norte e nordeste*. Salvador: NEIM/UFBA; REDOR; CNM/CUT, 2004. p. 27-50.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia e Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 95-102, 2007.

SILVA, P. L. B. da. *Trabalho e inclusão social: estudo sobre as representações sociais de mulheres feirantes de Barbacena – MG*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021.

SOUZA, D. H. B. de *et al.* Feira Livre Cultura Popular: espaço de resistência ou de subalternidade?. *Caderno do CEAS*. Salvador, v. 46, n. 253, p. 388-404, 2021. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/906/811>. Acesso em: 9 set. 2022.

VEDANA, V. “Fazer a Feira”: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3731>. Acesso em: 9 set. 2022.

VEDANA, V. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. *Horizonte antropológico*, v. 19, n. 39, 2013. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ha/a/C7cdWKqZSyDDcgbphcRWhvg/?lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2022.

Data de Submissão: 19/02/2024

Data de aprovação: 13/09 /2024

Copyright (c) 2024 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Atributivo 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)